

O JORNAL *O DIARIO DO RIO GRANDE* – ANUNCIA O NASCEDOURO NAVAL NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO

Cosme Alves Serralheiro- (mestrando em História - UFPel)

O enfoque deste artigo é narrar à dinâmica da criação de um centro de recrutamento e formação de Marinheiros no extremo sul do Império. Neste contexto da independência e com o rompimento em definitivo dos laços com Portugal, em 1822, movimentos sediciosos, separatistas, liberais e lusofóbicos, aproveitando-se do clima, eclodiram em várias províncias do Império, e duraram por quase 30 anos. Para combater esses movimentos, o Império (re)criou a Armada profissional para poder ser capaz de estar pronto para futuros momentos de tensão. Esse processo de consolidação redundou na criação do corpo de Imperiais Marinheiros e posteriormente as Companhias de Aprendizes Marinheiros, entre elas a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul (1861). Evento significativo para cidade de Rio Grande, noticiado nas páginas do principal jornal da cidade *O Diario do Rio Grande*. Nesta pesquisa utilizamos Jornais, Relatórios Ministeriais e várias obras significativas para completude desse artigo.

Palavras-Chave: Armada Imperial, Companhia de Aprendizes, Recrutamento

DIARIO RÍO GRANDE DIARIO - ANUNCIA NACEDORA NAVAL IMPERIO EN EL EXTREMO SUR

El objetivo de este artículo es narrar el proceso de creación de un centro de reclutamiento y la formación de los marineros en el extremo sur del Imperio. En este contexto de la independencia y la ruptura definitivamente los lazos con Portugal en 1822, movimientos sediciosos, separatistas, liberales y lusofóbicos, aprovechando el clima, que estallaron en varias provincias del Imperio, y se prolongó durante casi 30 años. Para contrarrestar estos movimientos, el Imperio (re) creado fin armadas profesionales para poder estar preparados para futuros momentos de tensión. Este proceso de consolidación como resultado la creación del cuerpo Sailors Imperial y más tarde los marineros Empresas aprendices, incluyendo a los aprendices de la empresa de Rio Grande do Sul (1861). acontecimiento significativo para la ciudad de Río Grande, se informa en las páginas del periódico líder Diario La ciudad de Río Grande. En esta investigación utilizamos periódicos, informes ministeriales y varias obras importantes para la integridad de este artículo.

Palabras clave: Armada Imperial, aprendices de la empresa, Contratación

No dia 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, D. Pedro cortou os laços com a corte portuguesa. Aquele ato significou a criação de um Estado, o Império do Brasil, independente. Devemos admitir que a nação e a Armada Brasileira ainda não

estava formada. Ora, sabe-se que diversas províncias não aderiram imediatamente a D. Pedro e, revoltaram-se durante quase 30 anos após a independência, com movimentos separatistas e liberais que visavam fracionar nosso território trazendo intranquilidade ao poder central. Desta maneira muitos habitantes mostravam aversão e desprezos pelo português, carregavam em si o ranço colonial no país, resultando em conflitos que alteraram as vidas e as rotinas das cidades coloniais, no primeiro e no segundo reinado, como, por exemplo, a Revolução Pernambucana de 1817; Confederação do Equador, em 1824; a ocorrida em Pernambuco; a Cabanagem, Farroupilha e as revolta dos Malés, em 1835; Sabinada, em 1837, na Bahia; e Balaiada, em 1838, no Maranhão (FRAGA, 2008, p.13). Diante da instabilidade política, muitos políticos viram na Armada imperial a possibilidade de um grande instrumento de consolidação e preservação da unidade nacional, por isso, colocaram a responsabilidade sobre ela.

Naquele momento aconteceram vários debates que tiveram como resultado um importante projeto de (re) criar uma Armada profissional e preparada para os futuros sinistros que viriam pela frente, com isso o Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres em seu relatório discorria da importância de uma eficaz organização da Força Naval “(...)estas penetrado da magnitude dos serviços, que nos pode prestar a Marinha de Guerra, e do quanto convêm dar-lhe a mais apropriada organização ao fim á que se destina, e criar-lhe os elementos de organização, e prosperidade, a que deva ela subir(...)”(RMM, 1833, p.3). Aos 5 de fevereiro Torres é substituído na pasta da Marinha por Salvador José Maciel que anos anteriores fora presidente da província rebelada, *isto é, do Rio Grande do Sul* (grifo nosso), declara “por esse tempo, em manifesto ao povo, prometia o Regente organizar a Marinha” (BOITEUX, 1935, p.20)

Ter materiais logísticos e principalmente homens para tripular aqueles precários navios da época, se tornava projeto relevante não só para manter a unidade nacional, mais também para a consolidação do Império. Com isso, teremos que voltar no início do século XIX e entender os motivos que fizeram o governo central elaborar esse projeto de (re) criar a Armada.

A costa brasileira era basicamente uma secessão de Províncias sem ligações de proximidade física ou ideológica constituída e, acima de tudo isoladas do Poder Central, fato que foi explorado nos anos subseqüentes a independência de Portugal em seus planos recolonizadores. Neste contexto, a criação da Armada promoveu, mesmo que de

forma precária, um elo para manutenção da unidade nacional, fazendo que o Império se correspondesse direto com as províncias por meio da presença militar e também colaborasse para frustrar, após a Independência, os planos lusitanos.

Para formar uma volumosa e preparada Armada se fazia necessário ter Marinheiros eficientes e profissionais para lograr maior desenvolvimento relativo, sobrepujando os futuros momentos de tensão que assolariam o Império. Com isso nasceu as Companhias de Aprendizes-Marinheiros. “O governo fica desde já autorizado a criar quatro Companhia fixas de Marinheiro, de 100 praças cada uma (...)” (RMM, 1836, p.4). O Ministro José Salvador Maciel, baseando-se nas ideias do Ministro Torres, criou este braço Naval com objetivo de tirar os jovens da ociosidade da falta de produtividade que eles ofereciam ao Império: “(...) todos os rapazes sem meios de subsistência, e os que não se aplicarem assiduamente a algum ofício ou ocupação; estes corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço do mar (...)” (RMM, 1836, p.8)

Após debates acirrados sobre essas questões para elaborar uma Armada organizada com intuito de fomentar um projeto político de Nação, aglutinando interesses privados e públicos. Esse arcabouço de ideia nos leva a pensar quem eram aqueles rejeitados e a importância de tê-los treinado e preparados a bordo daqueles navios nos combates.

Com isso as Companhias de Aprendizes Marinheiros não surgiram por acaso, fizera parte de um projeto ousado da criação de dezoito Companhias, “instituídas na Corte e em dezessete províncias do Império, durante vários períodos”. (CAMINHA, 2002, p.11)¹ Preliminarmente foram criadas quatro, isso aconteceu “em 1840 que a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros foi criada no Rio de Janeiro, mediante o Decreto n. 14, de 27 de agosto do mesmo ano ficando adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros” (OLIVEIRA Apud ARIAS NETO, 2001, p.78). Consequentemente, a partir de 1855, foram sendo instituídas outras companhias nas diversas províncias. Posteriormente, na

¹ **Corte** Dec.148 de 27 de agosto de 1840, **Pará** Dec. 1.517 de 04 de janeiro de 1855, **Bahia** Dec. 1.453 de 27 de janeiro de 1855, **Mato Grosso** Dec. 1.987 de 07 de outubro de 1857, **Pernambuco** Dec. 2.003 de 24 de outubro de 1857, **Santa Catarina** Dec. 2.003 de 24 de outubro de 1857, **Maranhão** Dec. 2.725 de 12 de janeiro de 1861, **Rio Grande do Sul** Dec. 2.725 de 12 de janeiro de 1861, **Espírito Santo** Dec. 2.890 de 08 de fevereiro de 1862, **Paraná** Dec. 3.347 de 26 de novembro de 1864, **Ceará** Dec. 3.347 de 26 de novembro de 1864, **Sergipe** Dec. 4.112 de 29 de fevereiro de 1868, **Santos** Dec. 4.112 de 29 de fevereiro de 1868, **Paraíba do Norte** Dec. 4.680 de 17 de janeiro de 1871, **Amazonas** Dec. 4.680 de 17 de janeiro de 1871, **Rio Grande do Norte** Dec. 5.181 de 16 de dezembro de 1872, **Piauí** Dec. 5.309 de 18 de junho de 1873, **Alagoas** Dec. 5.847 de 02 de janeiro de 1875. Fonte: CAMINHA, 2002, p.11.

sessão de 1860, quando a comissão debateu sobre a utilidade das Companhias de Aprendizes, ficou evidente os motivos que levaram a criação de outras entre elas a de São Pedro do Rio Grande (RS)² foi a questão da importância portuária:

Nem todas as províncias marítimas são apropriadas para o estabelecimento de companhias do aprendizes marinheiros. Estas companhias devem ser criadas onde houver probabilidade de colher grande número de menores, onde, portanto, houver numerosa população marítima, no sentido rigoroso desta expressão. (Sessão da Câmara dos Deputados de 27 de junho de 1860 proferido pelo Sr. Deputado Paranhos, p.251)

Com relação à Armada Imperial Brasileira, sua instalação definitiva na província do Rio Grande do Sul, em específico na cidade do Rio Grande, isso ocorreu primeiramente com a ativação da Capitania do Porto em 1846³.

Essa organização militar não tinha somente a responsabilidade de controlar a navegação portuária, mas também de recrutar Marinheiros para o serviço da Armada, conforme relatado pelo Ministério da Marinha e noticiado no jornal:

O serviço da Armada Nacional será feito pelo corpo de imperiais marinheiros e, sendo necessário, por destacamentos, tirados por escalas, das classes alistados nas capitânicas dos portos, conforme o disposto no art.2 do Decreto de 14 de Agosto de 1845, cessando, nos lugares em que houverem capitânicas de portos, o recrutamento forçado dos marinheiros na Esquadra. (RMM, 1846, p.60)

CAPITANIA DOS PORTOS DE RIO GRANDE: por esta repartição se faz público que precisa-se engajar praças de marinhagem para o serviço nacional a bordo das escunas de guerra que vão armar; a quem convier este engajamento apresente-se esta repartição para se ele declarem as vantagens que vão receber – Capitão Antonio Caetano Ferraz, Capitão do Porto.(*O Diário do Rio Grande*, 03 de junho de 1851).

Figura 1 – Velho sobrado em ruínas e a primeira Instalação da Capitania dos Portos, ano não referenciado

² Criada pelo Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861. Esse mesmo Decreto cria também Companhia do Maranhão as quais serão regidas pelo regulamento observado no Decreto n. 2003 (RMM, 1860, A-24) disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2094/000100.html>, acesso em 12 de março de 2016.

³ Decreto imperial 358 de 14 de agosto de 1845 anteriormente citado no texto cria as Capitânicas dos Portos e regula suas funções e atividades. Já o Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, regula a execução da lei anterior e criava diversas capitânicas, inclusive a do Rio Grande, atendendo a seu grande movimento. Para cumprir essas obrigações foi nomeado o Capitão Tenente Francisco José de Melo seu primeiro comandante.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública de Rio Grande

Com a criação das Capitâneas dos Portos nas províncias marítimas do Império a partir de 1845 foram estabelecidas os registros praticamente de todos “nacionais do sexo masculinos em atividade na vida do mar”, incluindo carpinteiros de embarcações pescadores e calafates, constituindo-se assim um assentamento geral de todos os trabalhadores envolvidos com as labutas fluviais e marítimas do país. Todos pescadores, depois de matriculados, teriam de se apresentar nos estabelecimentos das Capitâneas dos Portos mês a mês com intuito de tomar visto em seus registros. “Se por um lado os pescadores estariam isentos de servir na Guarda Nacional e não teriam mais nenhum outro ônus civil, contudo deveriam sujeitar-se ao serviço militar na Marinha de Guerra quando necessário” (OLIVEIRA, 2012, p.164) .

O caso ocorrido com Belarmino Nobre Capelheira, e o liberto Saturnino Manoel Antonio da Silva, no Rio Grande do Sul de 1870, é representativo no que se refere às discussões acima apresentadas, na medida em que congregava um conjunto de critérios utilizados para selecionar os recrutáveis. Em correspondência do delegado de Bagé ao delegado de Rio Grande era informado que:

“Ilmo Exmo. Snr. Científico (sic) a V. Exa. que nesta data faço seguir para a cidade do Rio Grande, por intermédio do Delegado de Polícia da cidade de Jaguarão, dois recrutas para a Marinha, de nomes Belarmino Nobre Capelheira, e o liberto Saturnino, a serem entregues ao respectivo Capitão do Porto. Deus Guarde a V. Exa. Delegacia de

Polícia da Cidade de Bagé, 06 de dezembro de 1870 Ilmo. Exmo. Dr.
José de Araújo Brusques(?)
Chefe de Polícia da Província [ass] Felisberto Jerônimo Coelho”.

O Diário do Rio Grande de certa forma noticiava que esses promotores de desordem estavam sendo presos e punidos por atitudes que não condiziam com a profissão Marinheiro. Na província de Rio Grande por ter a Capitania do Porto como uma Unidade Militar de pronto uso para as atividades marítimas/portuárias e comercial, sua regulamentação instituía várias obrigações, entre elas, registros das matrículas das tripulações de embarcações mercantes e nacionais e de todos os trabalhadores empregados na vida do mar, de escravos e homens livres. Com a necessidade do porto em questão, era necessário criar um centro de formação de Marinheiros não só para subsidiar a Corte, descentralizando o recrutamento, como também formando Marinheiros para suprir o contingente dessa Capitania de Rio Grande e da Delegacia Naval em Porto Alegre, para isso se tornava necessário criar uma Companhia de Aprendizes Marinheiros. A questão seria em que lugar da cidade ficaria sediada o essa Unidade Militar? O *Diário do Rio Grande* de 24 de janeiro de 1851, noticiava:

Os senhores João Rocha e José Francisco de Castro propuseram a venda de suas propriedades, situada na ponta da Macega, para o estabelecimento do Arsenal de Marinha. As mesmas propostas fizeram o senhor José Borges Ribeiro e alguns herdeiros de falecido Joaquim Rasgado, relativamente as suas propriedades, situadas na Praça Municipal. De todas estas propostas a mais vantajosa à fazenda pública, é sem dúvida a do Sr. João Rocha.

Em relação ao Senhor João da Rocha, as informações que temos é que ele havia servido ao país em alguma época da vida como militar e por ser partidário da Armada, havia cedido ao governo a sua casa e terrenos, que atenderam perfeitamente as condições necessárias para que pudesse ser instalados o Arsenal e a Capitania de Rio Grande. Esta atitude voluntária de Rocha foi decisiva para compra dessa propriedade pelo governo, com isso, o jornal *O Diário do Rio Grande* de 11 de março de 1851, publicou:

Em aviso do Ministério da Marinha, de 11 de fevereiro último, aceitou-se a recepção do ofício nº 125, do Exm. Presidente desta província, datado de 24 de dezembro último, com o qual transitava o ofício do Senhor Capitão do Porto, com propostas de indivíduos

residentes nesta cidade, que pretendem vender suas propriedades a repartição da Marinha, no caso de se anexarem à alfândega os terrenos pertencentes a Capitania do Porto; e ponderou-se novamente que não sendo possível, na atualidade, fazer-se nacionais e que a referida comissão opinaria pela capital.

Passa, então, a desaprovar esse parecer da comissão e faz apreciações, frisando que as Capitánias deveriam estar nos portos de mais movimento marítimo, que incontestavelmente é o de Rio Grande.

Nessa mesma época, por essa ocasião, um cronista do *O Diário do Rio Grande* lembrava que se deveria levantar o edificio da Capitania, entre a praça do comércio e o mercado, e o depósito de artigos bélicos, entre o Mercado e a casa da câmara, (hoje edificio da Biblioteca) fazendo-se ao fundo um cais de alvenaria, arborizado. Em Julho, o mesmo *O Diário* voltou a tratar do mesmo assunto, expondo as vantagens da edificação da Capitania na Macega, dizendo:

Ali possui terrenos e dois edificios o Dr. Rocha, que quanto a nós, havia servido ao país, cedendo ao governo a sua casa e terrenos, que desempenham, perfeitamente, as condições necessárias para o arsenal e Capitania. Os edificios são novos, bem construído e próprios para os misteres que se tem em vista. O terreno imenso que pode ser no futuro vendido a particulares; a posição conveniente do vértice da figura extremada pela trincheira e água dos sacos que bordam o terreno onde está edificada a cidade, são razões que abonam a compra da propriedade do Dr. João Rocha em proveito do país. “Em nosso abono vem a opinião do Sr. Greenfell, quando aqui comandante da força de mar, que sempre passamos. (refere-se a guerra dos Farrapos).⁴

Em 31 de julho *O Diário do Rio Grande* noticiava que a comissão de oficiais da Armada dera parecer favorável a aquisição do terreno do Dr. Rocha, que há cinco meses se achava na corte, chegou a Joinville no vapor Princesa. O Dr. Rocha vendeu para o governo por 65.000\$000 (sessenta e cinco mil contos) as suas propriedades na Macega, para onde mudou-se a Capitania dos Portos e mais tarde o Arsenal de Marinha, na época em Porto Alegre. Do expediente do Ministério da Marinha de Janeiro de 1860 constava a remessa feita a presidência da província da cópia do tratado da escritura lavrada no Tesouro Nacional, da venda dos terrenos e casas da ponta da Macega, feita pelo Dr.

⁴ Livro de Estabelecimento da Capitania dos Portos de Rio Grande, p. s/n

Rocha. O Relatório do Ministro da Marinha na época Joaquim José Inácio relatava a seguinte notícia, mais tarde divulgada pelo jornal:

efetuou-se a mudança a Capitania do Porto do Rio Grande do Sul, e suas dependências, para propriedade da ponta da Macega ultimamente comprada pelo Dr. João José da Rocha. O governo aprovando a demarcação de limites, a que só procede o Major de Engenheiro, Paulo José Pereira, julgou inconveniente ouvir o conselho Naval, sobre as obras, que o mesmo oficial propor como de vantagem ao serviço da Marinha aquela província. (RMM, 1860, p.22)

Assim *O Diário do Rio Grande* de 7 de março de 1860, noticiava:

O Dr. João da Rocha que em setembro faz venda ao governo de suas propriedades na Macega e que só dependia de ordem do mesmo governo para levantar um trapiche entre as duas casas, pelo qual se abrigou, deu á princípio três dias a esta obra que pense deixar pronta em sessenta dias, mais ou menos, concluída o trapiche, o Dr. João da Rocha fará então a entrega do prédio para onde se transportará a Capitania do Porto, o comissário da Marinha.

No dia 23 voltava a dizer, “o Dr. Rocha entrega hoje ao Capitão do Porto as propriedades que vendeu ao governo”. Datado de 31 de maio, oito dias após a entrega, o Capitão do Porto, Antônio Caetano Ferraz⁵, é transferido para Porto Alegre, vindo para cá o delegado que lá servia, passando a repartição desta cidade a ser uma Delegacia conforme se via nos editais por ela publicados. Os jornais protestam e *O Diário do Rio Grande* de 7 de junho noticiava:

Ali funcionavam a Capitania, o depósito Naval e o quartel de Aprendizes, num prédio que custava 70 contos e que não poderia ficar subalterno à de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar aqui como delegacia, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que a Capitania passasse a esses lugares.

⁵ Na patente de Capitão de Fragata foi o segundo a comandar a Capitania do Porto de Rio Grande no período compreendido entre 26/06/1847 a 19/11/1863 sucedendo o Capitão Tenente Francisco José de Melo o primeiro Capitão do Porto

Tratava-se de uma questão de vaidade do Capitão Ferraz, pois o protesto não quer diz respeito à troca de função, rebaixando de certa forma o tipo de atividade desempenhada pela Capitania do Porto. Antônio Ferraz assinava os atos na repartição de Porto Alegre, como se ali fosse a Capitania e os fazia publicar como Delegacia da Capitania, argumentando “que tão somente porque esse oficial fora transferido para a capital, como o poderia ter sido para Santa Isabel ou Pelotas, não era razão para que Capitania passasse a esses lugares” (Livro de estabelecimento da CPRS, p. s/n)

O terreno onde se estabeleceu a Capitania, ocupava não só o espaço em que esteve como também o que está hoje. Era só um terreno de forma irregular que impossibilitava o trânsito, pois media 94.000 metros quadrado, cercados. Assim, trazia dificuldades aos moradores da ponta da Macega, forçando-os ao trânsito por mar, servindo do canaleta que atravessava a península do rio ao saco da mangueira e que corria, mais ou menos, onde hoje estão os canteiros que ornamentam a Rua Barroso, nesse tempo chamado de canal. O *Diário do Rio Grande* aponta o abuso de andarem porcos e galinhas passeando no pátio do Arsenal, indo até a praia. O outro jornal *O Rio Grandense*, de 21 de março deste mesmo ano dizia que na véspera o presidente da província (Duque de Caxias) visitara várias repartições, a Capitania e o Arsenal de Marinha, tendo nesta última, visitado as poucas oficinas ali existentes. Em seguida dirigiu-se para bordo da canhoneira Fortuna, examinando o seu estado.

A questão de bem patrimonial já estava decidida só faltava então o ato jurídico de criação da unidade Militar e construí-la no local da compra do imóvel para sim começar um novo nascedouro Naval.

O Decreto de 1861, despachado por ordem do Imperador mandava criar a Companhia de Aprendizes Marinheiro de Rio Grande para formar os futuros homens do mar:

E por bem, usando da autorização dada ao artigo sexto parágrafo primeiro da Lei n. 1.100, de 18 de setembro do ano próximo passado, criar duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma na Província do Maranhão, e outra na de São Pedro do Rio Grande do Sul, as quais serão regidas pelo regulamento mandado observar pelo Decreto nº 2003, de 24 de outubro de 1857, em Companhias idênticas criadas nas províncias de Pernambuco e Santa Catarina. (RMM, 1860, p.24)

O Diário do Rio Grande, 29 de setembro de 1861 passou a noticiar o debate

estabelecido na câmara dando início ao nascedouro naval na província do sul.

O Ministro da Marinha (sessão da Câmara dos deputados proferida pelo Sr. Ottoni em 17 de agosto de 1861. Quanto à Companhia de menores que o nobre deputado pede para a sua província, entendo que este pedido é muito razoável. Na lei de fixação de forças, que acabou de passara na Câmara está o governo autorizado a criar mais uma Companhia de menor. Espero levar o efeito esta criação na província que o nobre deputado tão dignamente representa.

A proposta do ano não significa que a Companhia seria criada neste ano e sim no seguinte, pois o planejamento do Ministro da Marinha gerava o Relatório que era levado de acordo com a agenda para votação da Câmara, depois das réplicas e tréplicas, isto é os debates geralmente acirrados, sendo aprovados, então seriam postos em prática a referida proposta.

Com a proposta positivada a unidade continuaria instalada na ponta da Macega e uma companhia de menores vindo da corte se incorporaria a Companhia de Rio Grande para aquartelamento dos futuros Marinheiros imperiais. O Relatório Ministerial confirmava essa ideia:

Que inicialmente formou-se de duas divisões de 100 menores cada uma, acha-se organizada, desde de janeiro de 1861 somente a primeira que apresenta um efetivo de 68 aprendizes, esperado por consequência de 32 para o seu estado completo. Está provisoriamente aquartelada em dois prédios da Macega, mas planejo removê-la para a barra, isto pelo seu isolamento e outras condições mais apropsitadas para um estabelecimento desta natureza. (RMM, 1862, p.7)

A proposta acima do Ministro da Marinha sugere uma organização inicial com um efetivo pré-determinado, contudo, do presidente da província propunha uma nova formação na lotação inicial para compor a Companhia; sendo ela formada com o seguinte grupo militar: inicialmente de 65 indivíduos, isto é, um Capitão Tenente comandante, um 1º Tenente, um fiel, um Mestre de armas, dois Marinheiros de 1ª classe, um de 2º classe, cinquenta e três Aprendizes, um pífano e um tambor faltam, pois quarenta e cinco menores para perfazer o número de noventa e oito que é fixado na lei.(Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul , 1862, p.20)

Os presidentes das províncias eram nomeados diretamente pelo Imperador,

aconselhados pelo partido que estivesse no poder o Partidor Conservador ou Partido Liberal. Com esse “poder” na sua jurisdição, ele poderia determinar como seria o efetivo que iria compor a unidade Militar. Com isso, devendo a Companhia de Aprendizes essencial obediência.⁶

Figura 2 Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande, ano 1889



Fonte: Biblioteca Pública de Rio Grande

Com alguns atos da presidência provincial tipificava o engajamento administrativo dando dinâmica no segundo semestre de 1862 para Companhia de Aprendizes, através de uma notícia vinda do *O Diário do Rio Grande*.

Á presidência do Rio Grande do Sul, declarando, em aditamento ao aviso de ontem datado que exonera o 1º Tenente da Armada Domingos Joaquim da Fonseca, do comando da barca de escavação, e que este oficial deve ali ficar servindo na Companhia de Aprendizes Marinheiros até que lhe seja dado outro destino – expediu-se aviso ao quartel General comunicado esta deliberação, e bem assim a nomeação do Capitão de Fragata Manuel Joaquim Corrêa dos Santos. (*O Diário do Rio Grande*, 08 e março de 1862)

Provavelmente essa movimentação efetuada pelo presidente da província, onde

⁶ De acordo com a Constituição Brasileira de 1824 e artigo 14.

este extraindo oficial de um lugar e deslocando para outro, representaria completar o efetivo da Companhia. Já esse oficial superior Manuel Joaquim Corrêa dos Santos foi o futuro comandante da CPRS entre os períodos compreendido 07 de janeiro de 1875 a 31 de janeiro de 1877.

O dito jornal anunciava em edital o fornecimento de alimentação básica para os menores da Companhia de Aprendizes: “Todos os gêneros serão de boa qualidade e fornecimento de pão e carne fresca será por conta do fornecedor posto no quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros (...)” O *Diário do Rio Grande*, 15 de junho de 1862. Dias depois dois jornais, mesmos juntos anunciava a proposta em edital de Antônio Caetano Ferraz, Capitão do Porto:

por ordem do excelentíssimo Sr. Presidente da província se faz público que precisando-se fazer algumas obras no armazém do depósito naval deste estabelecimento para nele ser aquartelado a Companhia de Aprendizes de Marinheiro, se recebem proposta para as ditas obras se fizerem por arrematação.

A quem convier fazer este serviço dando todo o pessoal e material, queriam comparecer no sobredito depósito no dia 22 de julho de 1862 do corrente mês ao meio dia para tomar conhecimento do que se tem a fazer, e no dia 24 de julho do mesmo ano apresentarem as suas propostas em carta fechada ao meio dia, para nessa mesma ocasião se obrigarem e ser preferido quem mais vantagens oferecer a fazenda nacional.

Declara-se mais que o pagamento será feito na pagadoria Militar desta cidade, logo que as obras estejam concluídas, e nesta repartição sejam processados os documentos, conforme se acha estabelecido. (*Diário do Rio Grande e Commercial* de 18 de julho de 1862).

Fora noticiado aos comerciantes da cidade a convocação para concorrência para melhorar as estruturas do prédio da Companhia por causa de algum defeito estrutural levando perigo aos menores que ali residiam. Devido o quartel estar em expansão o jornal da cidade noticiava uma mudança no quantitativo do “*status quo*” da referida unidade proposta anteriormente pelo Ministro da Marinha:

A Companhia de Aprendizes criada por decreto nesta província, continua em progressivo aumento. Por ordem do governo imperial tem ela de ser aquartelada em um dos edifícios nacionais da cidade do Rio Grande situada na Macega, o que será elevada a efeito logo que se façam os concertos e acomodações de que precisa o edifício, e para cujas despesas pediu-se autorização ao governo. Compõem-se o pessoal da referida Companhia de Aprendizes sessenta e cinco

indivíduos, a saber um Capitão Tenente, um Primeiro Tenente, um comissário, um escrivão, um fiel, um mestre, um primeiro Sargento, um mestre de armas, dois marinheiros de primeira classe, um marinheiro de segunda classe, cinquenta e três Aprendizes, um pífano, um tambor. Faltam pois quarenta e cinco menores para perfazer o número de noventa e oito que é fixado na lei. (*O Diário do Rio Grande*, 9 de outubro de 1862).

Esse efetivo desta vez estaria oficializado por lei, com isso, nesse ano ficou visível que o efetivo da Companhia de Aprendizes teve uma mudança considerável no seu quantitativo, com isso mudar os Aprendizes para melhor acomodação se tornava imperativo naquele momento. Então o jornal publicou a seguinte informação:

Somos informados que S. Ex.o Sr. presidente ao embarcar ontem para a capital dera ordem ao Sr. Capitão do Porto para mudar-se a repartição da Capitania e depósito Naval para casa grande onde se acha o mesmo Sr. Capitão do Porto; passando a ser ocupado o sobrado onde funciona aquela repartição pelos menores aquartelados num dos armazéns da Macega. (*O Diário do Rio Grande*, 31 de dezembro de 1862).

Esse relato do jornal diz respeito ao casarão onde abrigava a casa do Capitão do Porto que passaria a receber o depósito Naval e a própria Capitania, porém onde funcionava a Capitania passaria abrigar a Companhia de Aprendizes. Esta mudança se refere à obra que o casarão estava passando e que seria mais viável retirar os militares do armazém localizado na ponta da Macega para ser abrigado em local físico mais adequado.

Também referente ao terreno da macega onde ficaria localizadas as Unidades Navais, o mesmo existia sobre o canal pontes de madeira nas ruas da Praia, Boa Vista e Pito, respectivamente hoje denominado Marechal Floriano, Riachuelo e República do Líbano. Esse isolamento não deixava que a edificação se desenvolvesse para aquele lado. Muitas cidades haviam feito uma representação a Câmara para que esta solicitasse ao governo o terreno onde estava a Capitania para abertura da Rua Pedro II até a praia que borda a cidade pelo lado este.

Desta forma, no desenvolver da pesquisa constatamos que embates políticos condicionados pelas ideologias correntes, de certa forma influenciou gerações de homens, que de acordo com suas agremiações, usaram os jornais, como por exemplo *O*

Diário do Rio Grande, para abordar assuntos que julgavam pertinentes ou não. Na tarefa para disseminar a notícia *O Diário do Rio Grande* passou a inserir no cotidiano dos rios grandinos uma forma detalhada de informar o acontecido. Esse mesmo jornal, como um importante mecanismo urbano, foi capaz de auxiliar na tarefa de informar sobre criação de mais um berço da Marinha: a Companhia de Aprendizes Marinheiros, que conferiu pelas autoridades imperiais um aspecto de civilidade a menores desclassificados sociais. Nestes embates entre os costumes e a vivência das camadas populares, versus a expectativa e os valores que permeavam a ação das autoridades, a Companhia de Aprendizes Marinheiros surgiu nas páginas do Jornal *O Diário do Rio Grande* como um novo nascedouro naval da Armada Brasileira, exemplo peculiar de uma instituição formadora e disciplinadora de jovens na cidade.

Para a cidade de Rio Grande, em particular, esta pesquisa preenche uma lacuna no campo da história, pois os jornais da cidade em questão foram muito importantes para este trabalho porque nos possibilitou um maior entendimento do contexto que fomentou o surgimento e a criação da Companhia de Aprendiz de Marinheiro na cidade de Rio Grande e o que isso significou para a mesma, dando-lhe um caráter de ascensão, “segurança” e consolidação para o incipiente Império brasileiro.

Referência Bibliográfica

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da Armada nacional 1867-1910**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2001.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Marinha Imperial e a Revolução Farroupilha**. Imprensa da Marinha. Rio de Janeiro, 1936.

CAMINHA, Hendrick Marques. . Estrutura administrativa do Ministério da Marinha na República. In.: Marinha do Brasil. In: **História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v.

FRAGA, Rose Mary do N. **A Praieira em jornais do século XIX- constituição discursiva e identidades sociais**, Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p.13.

JANOTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre as águas revoltas: cultura política maruja na cidade de Rio Grande (RS) (1835-1864)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, 2013.

_____. Recrutamento e deserção na Armada Imperial brasileira: alguns apontamentos a partir da província do Rio Grande do Sul (século XIX), In: **Aedos** n. 10

vol. 4 - Jan/Jul 2012

RELATÓRIOS E FALAS DAS AUTORIDADES

Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de maio a setembro de 1836

Correio da Câmara, 13 de setembro de 1822, Arquivo Diplomático da Independência, Vol. IV.

Relatórios do Ministro da Marinha dos anos 1833, 1836, 1846, 1860 e 1862, fonte disponível: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, acesso 21/04/2016.

Livro de estabelecimento da Capitania dos Portos de Rio Grande (RS)

Fontes e Periódicos

O Diário do Rio Grande: anos de 24/01/1851, 11/03/1851, 31/07/1851, 07/03/1860, 22/03/1860, 31/05/1860, 07/07/1860, 29/09/1861, 08/03/1862, 15/06/1862, 18/07/1862, 09/10/1862 e 31/12/1862.

O Rio Grandense: 21/03/1862 - *O Commercial*: 18/07/1862

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Documentos transcritos -Fundo Polícia maço 2, Delegacia de Polícia,1859